



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

NÚCLEO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

CADERNO DE ENCARGOS

FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM INSTALAÇÕES DE MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CIMAL

Procedimento n.º 175/AQ/2016



ÍNDICE

CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª - Objeto	4
Cláusula 2.ª - Contrato	4
Cláusula 3.ª - Prazo	5
CAPÍTULO II	5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
Secção I - Obrigações do Adjudicatário.....	5
Subsecção I - Disposições Gerais	5
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do adjudicatário	5
Subsecção II - Dever de sigilo	6
Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 6.ª – Prazo do dever de sigilo	6
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	7
Cláusula 7.ª - Preço contractual.....	7
Cláusula 8.ª - Preço base.....	8
Cláusula 9.ª - Condições de pagamento	8
Cláusula 10.ª – Revisão de preços	9
Cláusula 11.ª – Adiantamentos.....	9
Cláusula 12.ª – Caução.....	9
CAPÍTULO III	9
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	9
Cláusula 13.ª - Força maior	9
Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines	10
CAPÍTULO IV.....	11
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	11
Cláusula 15.ª - Foro competente	11
CAPÍTULO V.....	11
DISPOSIÇÕES FINAIS	11
Cláusula 16.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual	11



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

NÚCLEO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

Cláusula 17. ^a - Comunicações e notificações.....	11
Cláusula 18. ^a - Contagem dos prazos.....	11
Cláusula 19. ^a – Deveres de Informação	12
Cláusula 20. ^a – Transição do fornecimento objeto do presente contrato	12
Cláusula 21. ^a – Alteração dos Pontos de Entrega	12
Cláusula 22. ^a – Produção de Efeitos	12
Cláusula 23. ^a – Legislação aplicável	13
PARTE II.....	13
Cláusula 24. ^a – Especificações Técnicas.....	13



PARTE I

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 1.ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, entre a Câmara Municipal de Sines e o adjudicatário para fornecimento de eletricidade em instalações de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN), ao abrigo de Acordo Quadro para fornecimento de Eletricidade celebrado com a Central de Compras da CIMAL;
2. Nos termos do previsto no art.º 22.º do CCP, será uma aquisição com os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 – Instalações de Média Tensão (MT);
 - b) Lote 2 – Instalações de Baixa Tensão Especial (BTE)
 - c) Lote 3 – Baixa Tensão Normal (BTN)
3. As características dos consumos de eletricidade para o período do Contrato em cada um dos pontos de entrega, constam do Anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante;
4. Os consumos de eletricidade referidos no número anterior são meramente indicativos e não vinculam a Câmara Municipal de Sines para efeitos de execução de contrato.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.



3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª - Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo período compreendido entre 21.03.2016 e 31.12.2016 ou até o preço contratual ser atingido se tal ocorrer antes do termo do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Efetuar o fornecimento de energia elétrica nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos, e em conformidade com os parâmetros de qualidade definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE);



- b) O adjudicatário, sempre que solicitado, deverá fornecer à Câmara Municipal de Sines o registo das leituras dos pontos de entrega identificados no Anexo I do presente Caderno de Encargos;
 - c) O adjudicatário deverá efetuar sempre que solicitado pela Câmara Municipal de Sines, uma reunião de coordenação relativa à perfeita execução do contrato;
2. O adjudicatário fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento objeto do contrato a celebrar, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do referido fornecimento, nos termos do artigo 452.º do CCP.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo

- 1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
- 3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 6.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 7.^a - Preço contractual

1. Pelo fornecimento de eletricidade em instalações de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN), a Câmara Municipal de Sines pagará ao adjudicatário a eletricidade efetivamente consumida em cada um dos pontos de entrega identificados no Anexo I do presente caderno de encargos, durante cada um dos diferentes períodos, ao preço unitário constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a Câmara Municipal de Sines obriga-se a pagar, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das componentes de Acesso às Redes e restantes custos fixados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), não sujeitos a concurso, nomeadamente:
 - a) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Ponta;
 - b) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Cheias;
 - c) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Vazio;
 - d) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Super – Vazio;
 - e) Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
 - f) Componente de Rede relativa a Potência em Horas de Ponta.
3. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a Câmara Municipal de Sines obriga-se a pagar, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente:
 - a) Energia Reativa Consumida;
 - b) Energia Reativa Fornecida;
 - c) Outras Taxas Legalmente Obrigatórias.
4. O valor contratual não será revisto durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas descritas nos números 2 e 3 da presente cláusula, de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e a vigorar em cada ano civil;
5. O valor contratual inclui os valores relativos à componente de energia ativa, acrescido das componentes definidas nos números 2 e 3 da presente cláusula, aplicados ao consumo estimado por parte da Câmara Municipal de Sines, nos termos constantes da parte II do presente caderno de encargos;



6. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines;
7. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

Cláusula 8.ª - Preço base

1. Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 361.000,00 (trezentos e sessenta e um mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual, sendo que para cada lote o preço base é de:
 - a) Lote 1 – € 102.000,00 (cento e dois mil euros) acrescido de IVA, para Instalações de Média Tensão (MT);
 - b) Lote 2 – € 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil euros) acrescido de IVA, para Instalações de Baixa Tensão Especial (BTE);
 - c) Lote 3 – € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros) acrescido de IVA, para Instalações de Baixa Tensão Normal (BTN);

Cláusula 9.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 7.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. O adjudicatário enviará mensalmente à Câmara Municipal de Sines as faturas discriminadas por termo tarifário referentes aos consumos verificados durante o mês anterior, em cada ponto de entrega. A faturação a apresentar pelo adjudicatário terá por base a informação sobre dados de consumo disponibilizada pelos Operadores das Redes, nos termos do Regulamento de Relações Comerciais do Sector Elétrico.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do fornecimento, sendo as faturas emitidas de acordo com os fornecimentos efetuados.



4. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao adjudicatário, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

Cláusula 10.ª – Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 11.ª – Adiantamentos

No âmbito do presente fornecimento não há lugar a adiantamentos.

Cláusula 12.ª – Caução

Nos termos previstos nos art.º 88.º e 89.º do CCP no âmbito do contrato a celebrar será exigida a prestação de caução.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.



CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 16.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



Cláusula 19.ª – Deveres de Informação

1. Na persecução do princípio da boa-fé, cada uma das partes deve informar de imediato a outra contraparte de quaisquer circunstâncias que sejam do seu conhecimento que possam afetar a perfeita execução do contrato.
2. Em especial, cada uma das partes deve notificar de imediato a outra contraparte de quaisquer circunstâncias, constituam estas ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações contratuais, bem como do tempo e/ou da medida que previsivelmente será afetada.

Cláusula 20.ª – Transição do fornecimento objeto do presente contrato

Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe dê origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição do fornecimento objeto do contrato para um terceiro a designar pela Câmara Municipal de Sines, de modo a garantir a continuidade do fornecimento, com a mínima perturbação e de modo a que a transição ocorra de modo progressivo e ordenado.

Cláusula 21.ª – Alteração dos Pontos de Entrega

1. No decorrer da vigência do contrato podem vir a ser criados novas instalações objeto de fornecimento de energia elétrica, gerando novos pontos de entrega, os quais poderão vir a integrar o contrato a celebrar;
2. A redução do número de pontos de entrega não é considerada alteração das condições contratuais, desde que devidamente fundamentada pela Câmara Municipal de Sines.

Cláusula 22.ª – Produção de Efeitos

O contrato entrará em vigor na data da sua assinatura e produzirá efeitos, em relação a cada um dos locais de consumo, individualmente considerados, na data em que estiverem reunidas as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica por



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

NÚCLEO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

comercializadores, que não o comercializador de último recurso, incluindo os procedimentos de mudança de fornecedor.

Cláusula 23.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

Cláusula 24.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos, tem como objeto o fornecimento de eletricidade em instalações de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN), para os pontos de entrega que se encontram identificados no Anexo I do presente caderno de encargos.

Cláusula 25ª - Atributos da Proposta

Os concorrentes deverão apresentar as suas propostas instruídas com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.